

A 3 de Junho de 1606, a comunidade exerceu pela primeira vez o direito de eleger prior. Foi escolhido o português que tinha recebido hábito no dia da fundação, há cerca de 20 anos atrás, Frei Pedro Bruno, alentejano de Portel, pároco de Santa Marta de Évora e esmolar do arcebispo (cf. p. 35).

A comunidade dos cartuxos permaneceu em Évora até 1834, data em que os monges foram expulsos e o edifício do mosteiro confiscado. Só em 1960 é que o antigo ermo da periferia de Évora se viu novamente povoado de monges: ali foi então restaurada a antiga cartuxa do século XVI.

A presente obra é composta de 5 partes, a saber: São Bruno e a Cartuxa (p. 15 a 18); Cartas de São Bruno (p. 19-30); A Cartuxa de Évora. Santa Maria *Scala Coeli* (p. 31-50); A vida cartusiana (p. 51-70); Imagens da vida cartusiana. As cores da quietude espiritual (p. 71-104). Esta última parte, da autoria de José Manuel Rodrigues, contém algumas dezenas de interessantes fotografias da Cartuxa de Évora.

Fazemos votos que a esta obra, sumária mas muito cuidada sobre o papel de S. Bruno e da Cartuxa de Évora, se sigam muitas outras para a divulgação do nosso património religioso.

Ana Maria C. M. Jorge

GOMES, Jesué Pinharanda – *A Ordem da Cartuxa em Portugal: ensaio de monografia histórica*. Prefácio dos Cartuxos de Scala Coeli. Salzburg: Institut Fur Anglistik und Amerikanistik – Universitat Salzburg, 2004. 362 p., il.

A presente monografia divide-se em quatro partes. Na primeira, intitulada “Prolegómenos” (p. 11-74), o Autor disserta sobre a “problemática da História” da Ordem da Cartuxa, o “espírito cartusiano na cultura portuguesa”, os “nomes visíveis” e “o nome dos nomes”. Na segunda parte (p. 75-142), é traçado o percurso histórico da Cartuxa “Scala Coeli” de Évora, desde a sua fundação até à actualidade, aí se abordando a “génese e percurso” da instituição, a sua restauração recente e a arte e o culto protagonizados pelo mosteiro alentejano. Na terceira parte, estuda-se a Cartuxa ‘Vallis Misericordiae’ de Laveiras (Oeiras), debruçando-se J. Pinharanda Gomes pela sua “génese e percurso”, pela “arte e culto” e pela “biblioteca” desta casa conventual. Na quarta parte (p. 219-282), apresenta-se uma “antologia elementar” de textos acerca da espiritualidade e sentido eclesiológico da Ordem de S. Bruno, aí se incluindo, maioritariamente, peças de autores portugueses contemporâneos. O livro encerra com uma extensa e pormenorizada bibliografia acerca da Ordem (p. 282-301) e um precioso apêndice historiográfico de Juan Mayo Escudero designado “El Aislamiento de la ‘Provincia’ Lusitana” (p. 302-361).

Traduzindo uma abordagem em que o pensar filosófico se intersecta com o saber histórico, esta monografia não esconde a sensibilidade empenhada com que o Autor procede ao exame e exposição do passado da presença cartuxa em Portugal. A objectividade factual, extremamente bem informada, nesta obra de J. Pinharanda Gomes, alia-se a um inegável arrebatamento pelo que chamaremos de “lógica simbólica” em torno do projecto cartusiano e da sua assunção no território nacional.

Na rica e longa história do monaquismo português não deixa de causar alguma perplexidade a época tardia na qual o projecto cartuxo chegou realmente a Portugal. É preciso

aguardar, efectivamente, pelo último terço do século XVI para, debaixo do báculo arqui-episcopal de Évora, na prelatura de D. Teotónio de Bragança (1578-1602), encontrarmos a primeira das fundações. Em Janeiro de 1583, este Arcebispo solicitava ao papa Gregório XIII, autorização para a instalação dos imitadores de S. Bruno no seu território diocesano. Ordem de constância contemplativa e espiritualista, disciplinada e observante por excelência, o seu estabelecimento junto à capital da diocese eborense não poderia deixar de revestir um importante e prestigiante manifesto eclesiológico no quadro da afirmação internacional deste Arcebispado cuja instituição, recorde-se, remontava a 1540. O que acontecia, naturalmente, num tempo em que Igreja e política de Estado se interpenetravam exaustivamente e em que a Cristandade Católica se via sacudida pela heterodoxia protestante que dominava paulatinamente toda a Europa do Norte. Razão, aliás, abonada por D. Teotónio de Bragança na súplica remetida a Gregório XIII, pejada de fervor tridentino, aí lhe recordando a importância que poderia assumir o modelo pietista cartusiano, marcado não por uma escolha ministerial activa *ad gentes*, mas antes pela silenciosa e radical opção eremítica substancialmente vocacionada para a oração e a adoração litúrgica, no combate pela "*Catholicae Fidei*" (vd. p. 84-86).

Em 7 de Novembro de 1587, chegavam a Évora os primeiros professores cartuxos, estreando-se o claustro de Santa Maria de *Scala Coeli* em 15 de Dezembro de 1598 (p. 90-91). Nesse mesmo ano, em Paço d'Arcos, na periferia da metrópole imperial olisiponense, se fundaria, depois de intervenção real de D. Filipe I, o convento "*Sanctae Mariae Vallis Misericordiae*". A primeira das fundações logrou mais significativo apoio dentre a nobreza e realeza lusitanas dos séculos modernos. O claustro de Évora, com as suas 20 celas, ultrapassava em número de professores o mosteiro lisboeta, no qual se ergueriam apenas cerca de uma dúzia de celas-eremitérios.

As casas de Évora e de Lisboa seriam as únicas que a Ordem abriria em Portugal, território mais fértil para a eclosão de claustros também de acentuada vida contemplativa, posto que de menos rigoroso quotidiano solitário, como sejam os carmelitas, os arrábidos ou os mais autóctones paulistas. A forte "castelhanização" que marcou os mosteiros cartuxos desde os seus primórdios talvez justifique a pouca adesão demonstrada por outros bispos e arcebispos portugueses, dentro ou fora da metrópole, por esse modelo monástico, sobretudo se tivermos em atenção da viragem histórica que 1640 assume no Reino.

As vocações de monges portugueses, contudo, aumentariam sustentadamente até finais do século XVIII. Em 1834, contavam-se 27 monges e alguns noviços nos dois mosteiros portugueses, índice bastante apreciável dadas as características do recrutamento dos monges cartuxos e tendo em atenção o panorama populacional monástico da generalidade das demais Ordens Religiosas em Portugal.

A discreta opção monástica dos herdeiros de S. Bruno, vocacionada para uma laboriosa vida de pobreza e de contemplação mística, passada no quase absoluto silêncio do ermo – no que se afirma como renovada glosa do espírito fundacional do monaquismo cristão, todo ele retirado às paisagens desérticas e idealmente identificado com os modelos ascéticos evangélicos de que o exemplo de S. João Baptista será um dos mais elucidativos – não negaria, contudo, o indispensável apoio mecenático das altas-hierarquias sociais. A rica arquitectura dos edifícios, em que se contemplam igrejas de fachadas marmóreas de aparato e capelas interiores de faustosos retábulos barrocos, assinala o empenho de algumas elites do poder, desde logo o próprio Rei, que não hesitaram em patrocinar com generosidade tais empreendimentos. Não menos relevantes, foram as bibliotecas destes dois cenóbios, nas quais se conservou parte substancial da memória cultural e literária portuguesa de antanho.

Às celas cartuxas se recolheram importantes dignitários do clero secular. Ordem mais de recolhimento do que de formação de influentes egressos. Dentre os seguidores portugueses de S. Bruno somente se aponta um prelado, D. Fr. António de São José de Castro, eleito bispo do Porto em 1798 (p. 59) e alguns escritores espiritualistas como Fr. Bruno de São José (†1775), Fr. Tomás de S. José (†1808) ou Fr. José da Natividade (†1833). Noutros Países, contudo, a situação diferencia-se significativamente do caso português...

Esta obra de J. Pinharanda Gomes revela-se, de muitos pontos de vista, um precioso acervo de informação para o conhecimento da evolução sociológica, intelectual, artística e histórica dos monges de S. Bruno em Portugal, não só, e muito em especial, entre 1587 e 1834, como, ainda, no contemporâneo restabelecimento sucedido em 1960. Para além disso são copiosas as referências a fontes manuscritas e impressas, pouco conhecidas, nas quais se arquiva a memória histórica da Ordem no território português. Neste campo, ela não pode deixar de considerar-se como mais um relevante contributo para o conhecimento da vida monástica em Portugal nos séculos modernos e contemporâneos, tão mais significativo quanto o facto de estarmos perante uma Ordem mais reduzida à gesta individual anónima e esquecida, do que vocacionada para a ribalta panegírica dos grandes feitos da história eclesiástica.

Saul António Gomes

MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003. 1033 p.

A obra que aqui se noticia constituiu, na sua substância fundamental, a dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada pelo Autor à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 1996. Trabalho académico de grande fôlego, editado em 2003, viria a ser galardoado com o insigne Prémio Francisco da Gama Caeiro, atribuído pela Academia Portuguesa da História no presente ano de 2004.

O plano desta obra estrutura-se em três grandes partes. Na primeira, a mais longa na economia do projecto, o Autor analisa “O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desde a fundação (1131) até ao Cisma de 1414” (subdividida em três secções, a saber, “Santa Cruz de Coimbra. Da fundação à primeira reforma (1131-1228)”; “O segundo século: tempo de recuperação e indecisão (1229-1339)” e “O século da estagnação: 1339-1414”, pp. 34-558). Debruça-se Armando Martins, na segunda parte desta sua dissertação, sobre “A comunidade: especificidade e funções dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra” (p. 559-742), abordando, na parte final, o tema “A comunidade: organização interna e regime jurídico” (p. 743-926). Sucedem-se as páginas da conclusão, das fontes e bibliografia, da cartografia conexa e dos minuciosos índices remissivos da obra (p. 927-1033).

A história do rico e monumental Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é-nos projectada, como se subentende deste índice, numa perspectiva diacrónica estendida aos cerca de três primeiros séculos da vida da canónica regrante agostiniana. Propõe-se, nestas extensas páginas, uma abordagem global da história do importante instituto regular português medievo sediado em Coimbra — que só nesta cidade, de facto, foi viável, no início do segundo terço da centúria undecentista, uma fundação monástica peri-urbana com tamanha expressão económica e cultural, como se demonstra dos outros casos similares, posto que mais modestos, de Grijó,